



Artigo original

INFORMALIDADE E RECOMPOSIÇÃO DO ESTADO: o tratamento da pobreza urbana nos municípios da Beira de Mueda

Egídio Guambe

*Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane (UEM),
Moçambique*

RESUMO: Este artigo examina as formas de tratamento das actividades categorizadas como informais nos municípios da Beira e Mueda. Trata-se de um estudo exploratório que, a partir de metodologias qualitativas, procura demonstrar que a natureza da relação entre a administração municipal e os vendedores informais, convertidos em “informais formalizados”, e colocados em “mercados informais”, reforça a presença do Estado via tácticas de sobrevivência quotidiana das populações. Uma grande parte da literatura, sobretudo africanista, vê nas actividades informais, fragilidade e incapacidade do Estado em se impor e manter uma ordem burocrática nas zonas urbanas. O artigo sustenta que o tratamento da informalidade, a sua negociação para “administratificação” pelas autoridades públicas, ilustra uma nova modalidade de exercício de poder, não mais definido em termos verticais, de imposição de actos administrativos unilaterais. Doravante, a força do Estado define-se pela sua capacidade em criar dispositivos subtis (como a política de combate à pobreza urbana) de identificação de potencial no cidadão, colocando-o simultaneamente em colaboração com as instâncias públicas e privadas.

Palavras-chave: Estado, informalidade, mercados e arenas políticas, pobreza.

INFORMALITY AND RECOMPOSITION OF THE STATE: the treatment of urban poverty in the municipalities of Beira and Mueda

ABSTRACT: This article examines the treatment of activities classified as informal in the Mozambican municipalities of Beira and Mueda. It is an exploratory study that, based on qualitative methodologies, seeks to demonstrate that the nature of the relationship between the municipal administration and the informal sellers converted into “formalized informal” sellers and placed in “informal markets” reinforces the presence of the State through the survival strategies of the populations. A large part of the literature, especially Africanist, sees in the informal activities the fragility and incapacity of the State to impose itself and maintain a bureaucratic order of the cities. The article maintains that the treatment of informality, its negotiation through the “administratification” by the public authorities, is a new modality of exercising power, no longer defined in terms of the vertical imposition of unilateral administrative acts. Henceforth, the strength of the State is defined by its ability to create subtle devices (such as the urban poverty reduction policy) to identify potential in the citizen while putting him or her in collaboration with public and private bodies.

Keywords: State, informality, markets and public action, poverty.

Correspondência para: (correspondence to:) guambeegidio@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na altura a cidade da Beira estava cheia de gente pedindo esmola, os mendigos, agora vês as pessoas nas ruas à procura de diversas formas de sobrevivência, tu vês os vendedores ambulantes, os guardas de carros, não existe mais mendigos. Na altura os nossos dirigentes combatiam gente que faziam esforços para sobreviver. Nós, depois que chegamos ao poder, trabalhamos com as pessoas, as encorajamos a fazer pequenas actividades para diminuir o sofrimento, problema de emprego que é crónico. Nós autorizamos muitas das pequenas iniciativas e coordenamos com os mercados informais para garantir a ordem na cidade. É isso também a função do Governo e do Estado incentivar as pessoas a saírem a crescerem e a não esperar por alguém oferecer tudo. O município é para lhes criar condições (J, vereador do município da Beira, entrevista, 10 de Junho de 2014).

Esta é uma intervenção do vereador para a área de desenvolvimento institucional e cooperação do município da cidade da Beira, o qual, na altura da entrevista, desempenhava, em substituição, as funções do presidente do município por razões de viagem do seu edil Daviz Simango. Nela se abordam muitos dos aspectos, que pretendemos sublinhar com este texto, sobre as práticas resultantes das interacções entre administração municipal e os cidadãos, na construção da materialidade do Estado, ou seja, na “administratificação”¹ e estatização da sociedade.

Ela invoca, entre outras, a questão da luta contra pobreza através de um tratamento político num contexto neoliberal. Ou seja, como a pobreza é mobilizada simultaneamente como dispositivo de lutas de legitimação do poder político, assim

como potencial do mercado através de técnicas de identificação de capacidade e desenvolvimento de mecanismos de auto-emprego, compreendendo a venda da força de trabalho. Portanto, pensar as dinâmicas do mercado a partir de perspectivas de *bottom of the pyramid* (BoP) (HAMMOND e PRAHALAD, 2004; PRAHALAD, 2005; SCHWITTAY, 2011). Trata-se, pois, de informalidade, no que concerne a todas as actividades que parecem *a priori* não respeitar as normas oficiais, mas que resultam, na prática, de uma estreita interdependência entre a administração e os cidadãos (GUPTA, 1995; 2012).

As relações entre as autoridades públicas e os actores ditos de informalidade permitem, com efeito, participar num debate sobre a recomposição das modalidades de intervenção do Estado na sociedade, do papel dos municípios, enquanto espaços de “encontro” (GOODSELL, 1981) entre as abstrações da imagem do Estado e práticas sociais concretizadoras deste último (GUAMBE, 2016; LIPSKY, 2010; SCHLICHTTE, 2005). Contudo, muitos autores assimilam a informalidade à simples desordem e manifestação do fracasso do Estado e da sua incapacidade em instalar a ordem e definir o interesse comum (BAYART, 2009; CHABAL e DALOZ, 1999; JACKSON e ROSBERG, 1982). Este texto pretende defender o facto de que, dependendo do tratamento que é feito a esta informalidade, ela pode ser uma manifestação de potencialidade na qual os municípios desempenham um papel preponderante na criação de arenas de interacção entre iniciativas privadas ou individuais e as instâncias públicas, ao mesmo tempo que reforçam a empresa de gestão da sociedade, o Estado. Valendo-se destas práticas, o Estado modifica a natureza das suas relações com a sociedade, não mais numa perspectiva vertical, mas em rede horizontal de negociações contínuas, de contratos precários imbuídos das tácticas de

sobrevivência quotidiana dos cidadãos. O Estado, nestes termos, encontra formas de estar presente mesmo em acções precárias ou lá onde não tem capacidade de se manifestar materialmente.

Este artigo mostra, portanto, que as práticas administrativas dos municípios são uma síntese da osmose e imbricação entre o Estado e a sociedade, o que permite, aliás, conceber a informalidade e a natureza do seu tratamento, como práticas concretas, pelas quais o Estado exerce quotidianamente o seu poder. Esta abordagem contribui duplamente para a literatura sobre os Estados africanos. Primeiro, para a literatura que estuda o Estado pelo seu ângulo de poder e de relação de força, apreendendo-o, nisto, como entidade muitas vezes fragilizada, clientelista e de fraca institucionalização (BACH e GAZIBO, 2012; BAYART, 2009; CHABAL e DALOZ, 1999; JACKSON e ROSBERG, 1982; ZARTMAN, 1995). Nestes termos, o estudo do tratamento da informalidade nos municípios da Beira e Mueda, mostra que o Estado age estrategicamente e de forma fragmentada (DUPUY e THOENIG, 1985), mas que, no entanto, estes fragmentos ganham sentido nos modos de governação mais subtis. Ou seja, a sua força exerce-se mais por arranjos circunstanciais de recuperação das acções informais, por negociações permanentes, mesmo se precárias e pontuais. A entidade abstracta do poder coercitivo do Estado converte-se em práticas materiais simplificadas e banalizadas assim que estas são apropriadas e transformadas em formas de vida da sociedade (COLLON e LATOUR, 1981). Um estudo a partir da informalidade pode, portanto, contribuir para apreender o Estado nas e pelas “tácticas” de sobrevivência dos cidadãos. Para o contexto moçambicano, como veremos, onde o Estado está fortemente imbricado com o partido no poder, a Frelimo, este último aproveita-se e reforça as suas capacidades na base de técnicas de

sobrevivência quotidiana dos cidadãos.

Segundo, o estudo pretende contribuir para os debates sobre os Estados africanos e suas administrações onde a antropologia das administrações se resume, *grosso modo*, às descrições minuciosas das banalidades das suas actividades (BIERSCHENK e OLIVIER DE SARDAN, 2014; HERDT e OLIVIER DE SARDAN, 2015). Infelizmente, estes estudos interessam-se pouco pela aprendizagem de novos modos de intervenção política na sociedade, portanto, das modificações na formação do Estado. Aqui a informalidade é tratada como modalidade que participa na formação do Estado, entendida como apropriação das incapacidades da administração em matéria de providência de serviços e habilitação do cidadão a reinventar mecanismos de sobrevivência e de auto-satisfação. E, este último, fazendo-se a partir das suas tácticas de sobrevivência quotidiana participa na construção da força do leviatã (Estado). O Estado negocia-se e reinventa-se pelo esforço próprio do cidadão. Combinamos as práticas administrativas de funcionamento dos municípios da Beira e Mueda quanto à sua relação com os vendedores informais, os quadros subjacentes ao tratamento da informalidade e da pobreza numa era neoliberal (PRAHALAD, 2005), assim como a procura incessante de modos de gestão da sociedade pelo Estado.

Em Moçambique os municípios emergiram da reforma de descentralização da administração pública nos finais dos 1990. Muito rapidamente o processo de municipalização tomou exclusivamente uma dimensão fortemente partidarizada. A elevação das vilas à categoria de município ficou muito dependente do alinhamento com o partido governamental, Frelimo. Nesta linha muitos trabalhos que estudam a descentralização através da municipalização em particular, tendem a ver mais a força deste partido governamental a controlar o espaço local

(CHIZIANE, 2011; ROSÁRIO, 2015; WEIMER, 2012). Portanto, as análises sublinham consideravelmente a força do partido Frelimo. Por isso mesmo, dificilmente conseguem apreender as dinâmicas de formação do Estado fora dos espaços de governação da Frelimo. O caso da Beira, como veremos, é um exemplo das dinâmicas de construção do Estado mesmo distinto da gestão da Frelimo. Não se deve confundir a capacidade do partido Frelimo controlar as instituições pública e o Estado, como era o caso, no contexto de partido-únicoⁱⁱ.

Efectivamente, a instauração dos municípios criou novas dinâmicas económicas, políticas e sociais. Estas novas realidades atraem as populações, incluindo as rurais, para as zonas municipais, visto que oferecem oportunidades de melhoria das condições de vida, como acesso à electricidade ou à distribuição de água. No entanto, paradoxalmente as dinâmicas nos espaços urbanos em Moçambique associam-se a um aumento de níveis de precaridade o que consubstancia um crescimento exponencial, com as actividades ditas informais. O tratamento destas actividades nos espaços municipais tem dividido a opinião pública, oscilando entre os que advogam uma legalização e uma abordagem mais colaborativa e os que desenvolvem acções violentas de combate cerrado contra actividades ditas informais, como se pode constatar pelo discurso do Vereador do Município da Beira *supra* citado (FRANCISCO e PAULO, 2006). O estudo das relações quotidianas, que se estabelecem entre actores destas actividades informais com as autoridades públicas, parece estimulante para apreender as dinâmicas de aprendizagem das reformas de descentralização e os efeitos que suscitam ao nível local.

Com efeito, no quinquénio de 2010-2014, que correspondeu ao segundo mandato do Presidente Armando Guebuza, foi criado um Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU). Tratava-se, de

acordo com o discurso das autoridades públicas, de um programa para fazer face ao crescimento exponencial dos níveis de pobreza a partir de acções de geração de emprego e protecção social. O PERPU surge num contexto em que o discurso governamental sobre a pobreza estava mais centrado nos espaços rurais, nomeadamente com a introdução dos fundos de Investimento de Iniciativa Local (o denominado sete milhões) cujos efeitos políticos foram bem estudados (WEIMER, 2012). O artigo é também uma contribuição para a reflexão sobre os modos de tratamento da informalidade nos espaços urbano num contexto de implementação do PERPU. Assim, começaremos por apresentar, em primeiro plano, numa perspectiva histórica, as lógicas de tratamento da informalidade pelas autoridades públicas moçambicanas antes de insistir, num segundo plano, sobre as dinâmicas de formação do Estado a partir da acção do município da Beira e, finalmente, em terceiro plano, trataremos as lógicas de acção política dos actores informais no município de Mueda.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório que resulta de um trabalho de campo realizado em 2015 e 2016 nos municípios da cidade da Beira e da vila de Mueda. Os dois municípios têm uma historicidade particular em Moçambique pós-colonial. O primeiro experimentou a gestão dos três principais partidos de Moçambique (FRELIMO, RENAMO e MDM) e o segundo muito ligado a grandes alianças com o partido FRELIMO (partido no poder desde a independência), resultado das dinâmicas de início da luta de emancipação anticolonial. Com efeito, Mueda é considerado o berço da luta anticolonial e oferece muitos elementos para a percepção dos contornos de construção do Estado pós-colonial em Moçambique.

Para a recolha de dados, o estudo baseou-se fundamentalmente em entrevistas de

natureza semi-estruturada com 30 actores identificados como relevantes entre comerciantes dos mercados “informais”, autoridades administrativas municipais, municípios e partidos políticos tanto ao nível local como central. Ao nível do município da vila de Mueda foi realizada uma entrevista com um grupo focal de jovens comerciantes do mercado central local. Adicionalmente, realizou-se uma actividade de revisão documental nas administrações municipais que consistiu na recolha de relatórios, actas de reuniões e outros documentos de circulação interna.

O contacto em Mueda foi particularmente facilitado por um conhecimento anterior do terreno, onde havíamos desenvolvido relações de amizade com o pessoal das estruturas administrativas e comunitárias. Mas a nossa observação foi discreta. Foram realizadas entrevistas pontuais, tendo-se revelado difíceis as entrevistas formais, devido à nossa proximidade dos actores. Privilegiámos sobretudo o acompanhamento dos funcionários nas suas actividades quotidianas de contacto com os cidadãos.

A cidade da Beira já era município durante o período colonial (*câmara municipal*), transformada depois da independência em Conselho Executivo (uma espécie de município, apenas com funções administrativas de gestão da cidade). A nova categoria de município foi-lhe atribuída em 1998, com a organização das primeiras eleições municipais. A Beira dispõe de uma longa experiência de funcionamento como município gerido por diferentes partidos. Em 1998 as eleições foram ganhas pela Frelimo, em 2003 pela Renamo. Em 2008, uma situação complexa caracterizou o município. A presidência foi ganha por um candidato que se apresentou sob a etiqueta de independente, Daviz Simango. Este já

era presidente do município desde 2003, pela Renamo. Devido a conflitos internos apresentou-se como independente em 2008 e ganhou a presidência. Contudo a Assembleia ficou dominada pelo partido FRELIMO. Daviz Simango criou então o seu próprio partido, o MDM, em 2009, tendo-se apresentado sob esta etiqueta às eleições municipais em 2013. Ganhou-as, enquanto o seu partido obtinha a maioria dos assentos na Assembleia Municipal. A RENAMO não se apresentou a essas eleições. Entrar num terreno como este não é de todo evidente. Viabilizamos a nossa pesquisa na base de relações informais e interpessoais com personalidades da autarquia e outras instâncias da administração provincial e do distrito da Beira.

É preciso, no entanto, salientar que a realização do trabalho de campo, que resultou no presente artigo, não visava estudar a matéria em análise, mas interpelado por questões aqui levantadas, julgou-se pertinente uma partilha para um debate e reflexão que suscite aprofundamento na matéria. Com efeito, as actividades denominadas de informais expandem-se por todo o país, sobretudo nos locais em crescimento urbano, resultado das reformas de descentralização em curso, caracterizadas por atrair grandes aglomerados populacionais. O tratamento e interpretação de dados consistiu, de um modo geral, na análise de conteúdo.

A análise, eminentemente qualitativa, dos dados cruzados das entrevistas, das observações, assim como dos arquivos municipais, permitiu articular as contribuições teóricas a fim de bem definir o objecto e testar os pressupostos levantados. O processo privilegiado para análise foi fundamentalmente indutivo e qualitativo.

RESULTADOS

O Estado e a Informalidade: de inimigos a parceiros

O objectivo aqui não é de dissertar sobre a “informalidade”. Ela é uma noção que reagrupa um conjunto de realidades múltiplas, desde pequenas actividades não declaradas à administração pública até grandes actividades de tráfico de drogas ou de violação das regras por grandes firmas, etc. (LAUTIER, 2004). Centramos a nossa atenção sobre o papel “paliativo” deste tipo de actividades, a partir de uma análise da relação entre os vendedores informais na cidade da Beira e na vila de Mueda e a administração municipal. Consideramos que estas actividades informais, permitem o exercício de “administratificação” ou estatização explicado pelas estratégias subjacentes ao fundo de combate à pobreza urbana e outras modalidades de incentivo e relação com a administração municipal.

Avançamos para isso o pressuposto de que, em certa medida, as formas de organização das actividades informais resultam de aprendizagem dos modos de articulação com a administração municipal, enquanto espaço de intermediação e de difusão da relação entre o Estado/sociedade. Elas respondem, de um lado, às limitadas capacidades de oferta de serviços públicos pelas instâncias administrativas. De outro, são uma forma de pressão política sobre as autoridades públicas. Aliás, quando o município não tem capacidades de acção em matéria de serviços públicos, ele serve como arena de abertura à criatividade, incluindo via actividades informais. Assim, de simples usuários, as populações se convertem em coprodutores dos serviços, activados pelas incapacidades administrativas e, por volta, recuperados para colaboração com as instâncias públicas, por exemplo através de fundos de incentivos a desenvolvimento de capacidades individuais (SEN, 2000), ditos de combate à pobreza urbana. Por isso mesmo advogamos que este fundo de

combate à pobreza urbana funciona como instrumento de controlo burocrático e de disciplinarização da criatividade dos indivíduos para sua dominação (WACQUANT, 2009). Vale aqui lembrar que o Plano Estratégico para a Redução de Pobreza Urbana (PERPU), que cria o referido fundo, adoptado em 2010, precede uma agitação do meio urbano, nomeadamente na cidade de Maputo, que culminou nas manifestações de “fome” de 5 de Fevereiro de 2008 (resultado da subida do preço de transporte), e as dos dias 1-3 de Setembro de 2010 (com a subida de preço dos bens essenciais, destaque para o pão). Portanto, vem como instrumento *ad-hoc* para amainar os ânimos populares (BRITO *et al.* 2018). O PERPU funcionava como um mecanismo de financiamento para geração de oportunidade de emprego e de protecção social. Os beneficiários podiam ser individuais ou associações.

Antes de entrar no detalhe na demonstração das evidências desta perspectiva, convém revisitarmos, de passagem, a experiência moçambicana da relação entre o Estado e o informal. Efectivamente, essa relação e o tratamento da informalidade no período pós-colonial variou com o tempo, sobretudo com o regime político em vigor e com as abordagens da organização e funcionamento da administração em causa. Podemos, para simplificar a análise, apresentar, em três períodos básicos. Esta contextualização pode permitir-nos entender as mutações das modalidades de construção Estado via sua relação com a informalidade.

O primeiro período é do que classificamos como de repressão da informalidade – este período vai desde a independência aos finais dos anos 1980. Com efeito, no período a seguir à emancipação anti-colonial, no que Brigitte Lachartre (2000) chamou de “cidades socialistas”, baseadas numa organização estritamente burocrática (formal) para a modernização autoritária e

acelerada de Moçambique definida pela Frelimo, as actividades informais eram fortemente combatidas. Consideradas como base de degradação das condições de vida nas zonas urbanas, estas actividades informais eram vistas como não-conformes aos objectivos da nova nação imaginada pelas autoridades públicas e pela Frelimo (VIVET, 2012). O ponto extremo da repressão ocorreu em 1983 quando o governo da Frelimo, segundo a sua concepção ultra-burocrática de modernização autoritária decidiu expulsar, sobretudo nas cidades de Beira, Maputo e Nampula, todas as pessoas que exerciam actividades informais (*os candongueiros*) e os considerados improdutivos, enviando-os para as matas onde produziriam, num programa que ficou conhecido como “Operação produção” (QUEMBO, 2017). Nestes locais os “informais” deviam ocupar-se de actividades sobretudo de natureza agrária (CAHEN, 1985; DINERMAN, 2006; PITCHER, 2002;). Estima-se que entre 50 a 100 000 pessoas foram deportadas para matas sobretudo das províncias de Cabo Delgado e Niassa (VIVET, 2012).

O segundo período é relativo à entrada em vigor do papel social da informalidade – este período vai do início dos anos 1990 até início dos anos 2000. Ele resulta directamente da implementação das reformas económicas e políticas, com passagem para a liberalização do mercado e ao multipartidarismo. Com as privatizações e redução dos funcionários (resultado dos processos de *downsizing*), de empresas como Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) ou ainda Telecomunicações de Moçambique (TDM), muitos trabalhadores encontravam-se no desempregoⁱⁱⁱ. Esta deterioração das condições sociais de vida resultava, igualmente, de entre outros motivos, da guerra civil, assim como das reformas neoliberais dos finais dos anos 1980. Aliás, em resultado da degradação das condições sociais, em muitos contextos

africanos, os programas de ajustamento estrutural iniciados viram-se re-baptizados de “abordagens sociais” (CONTE, 2009; LAUTIER, 2004). Em Moçambique, por exemplo, num dos primeiros programas, o de reabilitação económica (PRE), implementado a partir de 1987, que algum tempo depois (1989) expôs a situação de penúria, causada também pela guerra, foi integrada uma componente social. Ele veio a ser “programa de reabilitação económica e social” (PRES) (HERMELE, 1988; WUYTS, 1990). Vemos neste período cada vez mais abertura e uma certa tolerância às actividades informais.

Considera-se, então, estas actividades anteriormente tidas como informais como de micro-empresendores, formas de substituição de empregos perdidos no sector formal. Os ex-trabalhadores das empresas privatizadas são encorajados a implicar-se nas actividades anteriormente proibidas, doravante responsáveis de virtudes de criatividade e inovação. As actividades de comércio, como a dos *mukheristas* ou ainda dos concessionários de viaturas de ocasião, do comércio transfronteiriço sobretudo com a África do Sul, Brasil, o Japão e a China, tornam-se factores de transformações não somente económico, mas também social e político (BARREAU-TRAN, 2012; CHIVANGUE, 2014). Estas actividades não apenas permitem a realização pessoal como também propiciam novas reconfigurações do Estado. Os actores destes actividades organizam-se e participam na relação com Estado, isso compreende, por exemplo, mobilização política, manifestações, etc. O Estado por sua vez começa inclusive a incentivar um certo tipo de actividades de características informais.

O terceiro período é da consideração da informalidade como empreendedorismo/parceria — podemos considerar que este período começa no início dos anos 2000. É caracterizado pela tentativa de enquadramento pelo Estado, ou seja, formalização destas actividades.

Mas é também caracterizado por um conjunto de acções que procuram fazer dos actores destas actividades parceiros da acção pública. Mais do que uma simples aceitação e incitação, assiste-se uma tentativa crescente de actores políticos recuperarem as práticas informais como recursos na competição política.

Efectivamente, a aprovação em 2001 pelo governo de um plano de acção para redução da pobreza absoluta (PARPA e subsequentes PARPA II) vem, de alguma forma, inaugurar uma nova era da relação entre as autoridades públicas e as actividades informais. A pobreza, definida como privação de capacidade de entrar no mercado (SEN, 2000), estava no centro de todo um conjunto de incitações às actividades informais como forma de sair rapidamente da pobreza^{iv}. Contudo, foi com a chegada ao poder do Presidente Armando Emílio Guebuza, em 2005, que a questão tomou uma dimensão política. Este último fez da pobreza e da sua “solução”, o “espírito empreendedor”, a base essencial dos seus programas. Ele instituiu diferentes instrumentos para fazer face a esta pobreza^v, podendo mencionar-se a título ilustrativo o Fundo de Investimento de Iniciativa Local, apelidada de “7 milhões”, cujos resultados políticos foram bastante explorados (WEIMER, 2012). O seu intervencionismo foi até a criação, em 2009, de uma escola superior de empreendedorismo, a “Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto”. Aliás, ao próprio Presidente Armando Guebuza devido a esta abordagem de “empreendedorismo” foi-lhe atribuído pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) o título de Doutor Honoris Causa.

No domínio municipal, foi criado, como referido acima, o fundo de investimento ao nível urbano, o (PERPU). O PERPU constitui um programa de concretização de agenda do plano quinquenal 2010-2014 para responder sobretudo aos problemas de empregabilidade dos jovens nos espaços

urbanos. Na prática o PERPU funciona como um banco de financiamento de iniciativas garantindo aumento da renda, o auto-emprego e empregabilidade de mão-de-obra. A sua filosofia é, por um lado, a geração ou criação de oportunidade de emprego e a protecção social. O cidadão, urbano, que dispõe de capacidade de empreender propõe o seu projecto de actividade e em contrapartida recebe das autoridades municipais um financiamento que incentive o seu investimento. Um processo que ocorre sem necessariamente se estipular um acordo bem firme de reembolso. Ele funciona na prática como ferramenta para acionar ou recuperar as iniciativas empreendedoras, portanto as actividades outrora simplesmente informais.

Se estas mutações do tratamento da informalidade pela administração visualizam a transição de economia centralmente planificada para uma abertura do mercado, elas podem também permitir apreender as transformações das modalidades de presença do Estado no quotidiano das comunidades. De um Estado de alto teor impositivo e coercitivo, a partir de actos administrativos unilaterais, por isso mesmo de excessivas restrições quanto as actividades ligadas à informalidade, pouco a pouco verifica-se uma natureza negocial e horizontal da sua penetração na sociedade, o que participa na tolerância e incentivo à informalidade. As três fases de tratamento da informalidade permitem-nos, portanto, apreender o papel da administração municipal, via suas diferentes formas de articulação com os cidadãos, na incorporação das lógicas de emancipação estatal e engajamento nas actividades informais, o que não está distante dos modos de difusão do Estado. Isso explica por que os municípios são, por excelência, arenas de compreensão material da força da empresa de gestão da sociedade e de construção de novos comportamentos, a partir de uma outra forma de “administratificação” e

manipulação social e não apenas da simples utilização da força de violência coercitiva. O Estado, portanto, não mais se reivindica pela sua capacidade de se impor e fazer cumprir as suas ordens, senão pelas habilidades de identificar potencialidades nos indivíduos e fazê-las colaborar com actores públicos e privados, como é o caso de oficialização de actividades consideradas informais. Os dois casos que se seguem, Beira (ii) e Mueda (iii), dão uma leitura sobre os diversos mecanismos mobilizados pelas autoridades administrativas na identificação de potencialidades nas actividades informais e sua consequente produção e reprodução da força de gestão da sociedade pelo Estado.

Município da Beira como Espaço de Negociação “informal” do Estado

O município da cidade da Beira conta com cerca de 42 mercados, ditos informais, organizados também em 42 comissões, em contacto permanente com a administração municipal, sobretudo a partir da vereação de indústria, comércio e feiras, mais particularmente do departamento municipal de mercados e feiras (CONSELHO MUNICIPAL DA BEIRA, 2010). Na verdade, trata-se de mercados semi-formais na medida em que têm uma relação bem estabelecida com as autoridades municipais.

Em cada mercado, o município envia um inspector municipal, uma espécie de seu representante directo, que serve de interface quotidiano entre as comissões dos mercados e a administração municipal. Este último é responsável pela organização dos vendedores, isto é, da institucionalização ou reconhecimento administrativo via cadastro de identificação dos vendedores anteriormente informais apenas, doravante “formalizados”. Este é ainda responsável pela colecta das taxas sobre a comercialização e pelo seu envio à administração municipal. Serve igualmente de intermediário entre a administração e os

vendedores, moderando os problemas constatados ou colocados por estes.

A este exercício de transformação de informais em “semi-formais” e sua inserção numa gestão colaborativa e integracionista, o município denomina de “desenvolvimento misto” (CONSELHO MUNICIPAL DA BEIRA, 2010). Ou seja, trata-se de uma espécie de conversão de vendedores estritamente informais, os que não pagavam as taxas, nem estavam registados na base fiscal, em vendedores “semi-formalizados”, em outras palavras, enquadrados num espaço com regras específicas e sob jugo do poder da administração municipal. Obviamente, a intenção de colocar os vendedores “informais” nos espaços de controlo municipal, mercados, não é exclusiva do município da Beira. Estas tentativas observam-se por quase todos os municípios e muitas vezes resultam em actos de violência entre as administrações municipais, nomeadamente a polícia municipal e os vendedores ambulantes. Na administração municipal da Beira, conscientemente ou não, este processo coopera para a “administratificação” de actividades aparentemente violadoras das normas mas que, no entanto, se nutrem de um potencial para entrar no mercado económico, político-administrativo.

Das incapacidades da administração em oferecer serviços resulta a reinvenção dos modos de sobrevivência popular no informal que, dependendo do seu tratamento, participam novamente na reinvenção das modalidades da acção do Estado (SCHLICHTER, 2005). A actividade exercida pelos vendedores informais é de *per se* uma manifestação quanto à dificuldade de acesso ao emprego formal, à política de educação como garantia de inserção no mercado de emprego, à dificuldade de organização das actividades comerciais, às políticas de desenvolvimento rural e urbano, etc.

Na prática, para a administração municipal alcançar a organização nos mercados, convertendo os informais em semi-formais, deve desenvolver acções de forte mobilização de recursos. De acordo com Presidente da Assembleia, R, era preciso negociar a ordem de exercício das actividades informais sem violência, como dizia “devemos sensibilizar para organização e não violentar os nossos cidadãos^{vi}”. Contrariamente à força repressiva e violência que caracteriza a relação entre a administração e os vendedores das ruas, aqui a negociação parece mais pacífica. Com efeito, diversas estratégias são mobilizadas para converter os actores informais em parceiros da administração municipal. Entre muitos exemplos, podemos partir do de uma mulher, CM, vendedora do mercado municipal de Maquinino, um dos mais populares mercados da cidade da Beira, que tenta captar umas das modalidades subtis de tais acções.

O caso de CM: uma história de “sucesso” municipal de gestão de actividades informais

Originária de Mafambisse (a cerca de 40 km da cidade da Beira), com 34 anos, chegou à Beira em 2001 para prosseguir os estudos. Tendo ficado grávida, abandonou a escola nesse mesmo ano. Tem agora quatro filhos, trabalhando o marido como condutor de transporte semi-colectivo (*chapa*). Começou suas actividades em casa, vendendo bebidas frescas e cigarros. Em 2010 participou, com a venda de cerveja e refrescos, numa feira organizada pelo município na zona do Estoril — lugar de lazer à beira-mar, durante os fins-de-semana e nos finais da tarde. A partir desse momento fixou-se aí e em 2012 construiu uma banca onde vendia bebidas e alimentos; tendo contratado uma jovem como ajudante. Ainda nesse ano contratou G, uma jovem de cerca de 20 anos que a ajuda nas actividades. Empregou, ainda, T, um jovem de 19 anos para vender bebidas na rua, na zona das Palmeiras e na rotunda de Chipangara, igualmente espaços de encontro social e de lazer^{vii}.

Quando o município começou a incitar as comunidades a aceder aos fundos de combate à pobreza urbana (descrito supra), CM, ajudada pelo marido e pelos técnicos do município conseguiu obter fundos em 2013, com um

projecto de produção de alimentos no mercado municipal de Maquinino, um dos mercados mais populares da Beira. Doravante, de simples vendedora de cerveja no seu domicílio e nas ruas da cidade da Beira CM passou a actora activa que paga as suas taxas, em colaboração directa com o município, como ela própria sublinhava:

“[...] estou motivada, estou avançando com os meus negócios [...]. Com as minhas actividades pago a escola dos meus filhos, eu não tive a chance de estudar muito, eles devem estudar, é por isso que faço todos esforços [...]. Ajudei o meu marido a comprar o seu próprio carro para fazer *chapa* [transporte semi-colectivo]. Mas também estou a ajudar este pessoal a ter onde trabalhar, a vida está difícil, não podemos cruzar os braços”. (CM, vendedora no mercado de Maquinino, Beira, 18 de Março de 2015).

A história de CM não é singular nas cidades moçambicanas, ou mesmo africanas (BODSON e ROY, 2003). Podíamos arrolar um conjunto sem fim de histórias de vidas similares. O facto aqui é que a administração municipal jogou um papel preponderante a partir de pequenas acções, conscientes ou não, na passagem de uma simples actividade de sobrevivência feita no domicílio para actividade desenvolvida na relação directa com a administração. É exactamente este tipo de mecanismo, como citamos acima, que o município denomina de “desenvolvimento misto”. Com efeito, mais do que um espaço de concretização e de materialização de actividades a partir da oferta de serviços públicos, os municípios minados por diversas limitações financeiras, de recursos humanos, de transferência de competências de gestão^{viii} (WEIMER, 2012), servem de espaços de identificação de potencialidade, de incentivo à coprodução emancipada^{ix}, isto é, de reinvenção do cidadão para a sua sobrevivência quotidiana, mas em colaboração com instâncias públicas. Trata-se, portanto, também, de uma expansão do poder burocrático, fazendo entrar no mundo das taxas um conjunto de trabalhadores que antigamente estavam muito longe disso.

Mercado Informal Normalizado em Mueda: um espaço de acção política

A conversão do vendedor informal em semi-formal pela sua consequente colocação no mercado, espaço de encontro com a administração, não significa apenas a “administratificação” das suas actividades. Os mercados são igualmente espaços privilegiados de interacção política. Por exemplo, os mercados são dos locais mais importantes nos momentos de campanhas eleitorais^x.

Mesmo sem estatísticas indicativas, os mercados ou actores ligados aos mercados “informais” constituem uma das bases importantes de recrutamento de militantes, aderentes e simpatizantes do MDM, por exemplo. Um caso particular de recrutamento de militantes para o partido MDM pode ser observado no município de Mueda. Num município no extremo norte do país, conhecido por razões históricas pela sua lealdade ao partido Frelimo, o MDM conseguiu uma penetração particular chegando a obter dois assentos na Assembleia Municipal. Um facto inédito para um local outrora hostil à oposição (GUAMBE, 2016).

Esta situação resultou, em grande parte, de actividades informais. Mais do que tácticas de sobrevivência (HONWANA, 2012), tais actividades converteram-se progressivamente em acção política, de presença de um partido da oposição na gestão local. Com efeito, um conjunto de jovens vendedores semi-formais aderiram e mobilizaram um eleitorado considerável para o partido MDM ao nível local. Podemos, primeiro, reconstituir a trajectória destes jovens.

Trata-se de cerca de um grupo de 75 jovens inscritos como militantes assíduos do MDM ao nível de Mueda, sem contar com aderentes e simpatizantes que preferem manter-se invisíveis por medo de represálias do partido Frelimo contra as suas famílias. Com idades compreendidas

entre 20 e 35 anos, participam assiduamente nos encontros públicos do MDM uma vez por semana. Mas a iniciativa foi de cerca de 20 entre eles, chefiados por SS, o membro mais activo e que garante a relação e coordenação com o MDM central.

Eles têm em comum certos elementos de percurso típico da juventude de Mueda. Todos fizeram o ensino secundário geral, todos têm uma notoriedade ao nível local. Fizeram a sua escolarização fora de Mueda, em Maputo, Pemba, Nampula e alguns em Dar-Es-Salam. Regressaram quase todos a Mueda, na impossibilidade de residir ou continuar a estudar fora de Mueda. No desemprego e em condições difíceis decidiram voltar à terra de origem e começar pequenas actividades “informais” para ganhar a vida. Como diziam “desenrascar em casa, não é a mesma coisa que estar longe” (Grupo focal, Mueda, 24 de Abril de 2015). Efectivamente, com experiência de vida urbana, eles são os mais dinâmicos ao nível local, sobretudo nas actividades comerciais e de lazer (desporto e música).

Na base deste espírito de “desenrasca”, sobretudo nas actividades comerciais, ditas informais, eles começaram a associar-se para formar, pouco a pouco, um grupo. Para a aquisição de produtos para o comércio local, devem viajar para Dar-Es-Salam, Nampula ou Pemba. Estas viagens são relativamente onerosas. Para minimizar os custos depositam confiança num deles, que recolhe o dinheiro de todos e viaja para compras colectivas. Ao ritmo destas trocas solidárias, formou-se uma rede de jovens relativamente unidos no mercado semi-formal de Mueda, o Mercado Central de Mueda.

Nas suas actividades de comercialização semi-formal, estes jovens são os que interagem com maior frequência com a administração municipal, tanto mais que sem outras fontes de receitas, a base fundamental das receitas locais é o

mercado semi-formal. Conscientes de sua importância nas receitas municipais, estes jovens exigem, à administração municipal, que a vila tenha melhoria de condições, sobretudo na organização do mercado. Ora, o município minado de diversas limitações não consegue responder às demandas deste grupo. As relações transformaram-se progressivamente em manifestações de pressão sobre o município. Este grupo que é composto por jovens relativamente melhor formados que uma grande parte das populações locais e mesmo de funcionários do município, olhavam para a incapacidade de gestão do município como estando ligado a falta de competências técnicas, incluindo dos eleitos (ALIANZA POR LA SOLIDARIDAD, 2014).

Em 2010 engajaram-se activamente para fazer pressão sobre a administração municipal. Inicialmente, tentaram constituir uma associação, mas isso parecia, segundo o chefe do grupo, SS, muito complicado, “era preciso reunir um conjunto de papéis, depois submetê-los à administração. Esta podia travar o processo” (SS, entrevista, Mueda, 24 de Abril de 2015). Tomaram assim a iniciativa de juntar-se ao MDM que acabara de ser criado, em 2009, e que parecia dinâmico, longe de questões militares da Frelimo ou da Renamo. O próprio SS, efectuou uma viagem à cidade da Beira para apresentar ao Presidente do partido MDM, Daviz Simango, a intenção do grupo de fazer parte do partido. Objectivo do grupo era rivalizar com a Frelimo local e fazer compreender a necessidade melhorar as condições administrativa das quais, segundo SS, a cidade da Beira, e outros locais sob gestão do MDM, era exemplo. A partir deste período multiplicaram-se encontros e engajamento na difusão do manifesto eleitoral do MDM para as eleições municipais de 2013.

De simples tácticas de “desenrasca”, eles passaram à actividade política activa.

Alguns jovens apresentaram-se como candidatos pelo MDM. SS apresentou-se como candidato a Presidente do Município e outros como membros da Assembleia Municipal. Finalmente, o MDM a partir destes jovens ganhou quatro assentos na Assembleia Municipal nas eleições locais de 2013. Assim, nas actividades informais podemos observar um “objecto político não identificado”(MARTIN, 1989), que dependendo da relação com as instâncias municipais produz, junto com tácticas de sobrevivência, um modo de acção política. Em Mueda, um local com histórico particular de presença hegemónica do partido Frelimo, emergiu, através de actividades comerciais informais, um grupo que se estruturou e concorreu, com apoio do MDM, aos cargos políticos da administração local.

CONCLUSÃO

Tendo em conta estas articulações entre o município e os actores do mercado informal, seríamos levados a encontrar na informalidade um grau de cidadania. Isso parece ser resultado das interacções e da capacidade real do município na disponibilização de serviços públicos. Certas actividades representam um potencial de aprendizagem política que, por mecanismos adaptados, podem estabilizar-se em modo de acção política. Isso poderá variar de acordo com a capacidade dos actores destas actividades em organizar-se colectivamente e fazerem-se ouvir pelas autoridades públicas, por um lado. Dependerá, por outro lado, da capacidade dos actores políticos atraírem os agentes destas actividades integrando os seus interesses nos programas políticos.

As duas perspectivas parecem mobilizáveis simultaneamente, como podemos ver pelo caso de Mueda, o que leva a considerar que as tácticas de sobrevivência quotidiana podem transformar-se em estratégias e novos modos de acção política. É sobretudo verdade em contextos de fraco desempenho dos serviços públicos. O caso

dos actores das actividades do mercado informal de Mueda parece-nos estimulante para apreender como acções aparentemente marginais podem converter-se até ao ponto de fazer face às autoridades públicas e se estruturarem mesmo, como um actor político relevante, na arena local.

Nestas condições, as actividades empreendedoras aparecem como uma forma de parceria, compensando as diversas limitações da administração pública. Elas permitem o exercício concreto de poder do Estado, compreendido aqui como uma plataforma que permite a colaboração entre os particulares e as instâncias públicas. Doravante o papel do Estado é menos de reprimir tais actividades que saber identificar potencialidades, reforçá-las no quadro de interacção e de articulação com instâncias públicas e privadas. O caso do município da Beira é excitante para ver como as autoridades municipais têm desenvolvido acções de conversão de actividades exclusivamente informais em semiformais em benefício das entidades públicas que não só cobram taxas como também mantêm a ordem pública no espaço urbano.

REFERÊNCIAS

ALIANZA POR LA SOLIDARIDAD. **Relatório do Diagnóstico e prognóstico dos Recursos Humanos do Conselho Municipal da Vila de Mueda**. Mueda, Conselho Municipal da Vila de Mueda, 2014.

BACH, D.; GAZIBO, M. **Neopatrimonialism in Africa and beyond**. New York: Routledge, 2012.

BARREAU-TRAN, L. Émergence économique des femmes et négociation des rapports de genre au Mozambique. **Afrique Contemporaine**, v. 4, n. 244, p.120–121, 2012.

BAYART, J.-F. **The State in Africa**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BIERSCHENK, T. & OLIVIER DE SARDAN, J.-P. **States at work: dynamics of African bureaucracies**. Leiden: Brill, 2014.

BODSON, P. & ROY, P.-M. **Survivre dans les pays en développement: approches du secteur informel**. Paris: Harmattan, 2003.

BRITO, L. (org.), **Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre revoltas populares em Moçambique (2008-2012)**. Maputo: IESE, 2018.

CAHEN, M. État et pouvoir populaire dans le Mozambique indépendant. **Politique Africaine**, n° 19, p. 36–60, 1985.

CHABAL, P. & DALOZ, J.-P. **L’Afrique est partie! Du désordre comme instrument politique**. Paris: Economica, 1999.

CHIVANGUE, A. Economia informal e políticas em Moçambique: lógicas e práticas dos Mukheristas. **working Paper, ISEG - CEsA**, 2014.

CHIZIANE, E. **The trends of recentralization of the administrative power in Mozambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2011.

COLLON, M. & LATOUR, B. Unscrewing the Big Leviathan; or How actors macrostructure reality and how sociologists help to do so? in: CETINA, K. e CICOUREL, A. (ed.). **Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro- and Macro-Sociologies**. Boston: Routledge, 1981, p. 277–303.

CONSELHO MUNICIPAL DA BEIRA. **Linhas mestres para o plano estratégico de desenvolvimento Municipal da Cidade da Beira**. Beira: Conselho Municipal da Beira, 2010.

CONTE, B. **La tiers-mondialisation de la planète**. Pessac: Presses Univerversitaire de Bordeaux, 2009.

- DARBON, D. L'État prédateur. **Politique Africaine**, n° 39, p. 37–45, 1990.
- DARBON, D. Culture administrative en Afrique: l construction historique des significations du “phénomène bureaucratique”. **Caderno de Estudos Africanos**, v.1, n.3, pp. 65-92, 2002
- DARBON, D. & TOULABOR, C.M. **L'invention des classes moyennes africaines: enjeux politiques d'une catégorie incertaine**. Paris: Éditions Karthala, 2014.
- DINERMAN, A. **Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Postcolonial Africa: The case of Mozambique, 1975-1994**. London: Routledge/Taylor & Francis Group, 2006.
- DUPUY, F., Thoenig, J.-C. **L'administration en miettes, L'Espace du politique**. Paris: Fayard, 1985.
- FRANCISCO, A. & PAULO, M. Impacto da economia informal na protecção social, pobreza e exclusão: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique. Maputo: Centro de Estudo Africanos e Cruzeiro do Sul, 2006.
- MOÇAMBIQUE. GABINETE DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Armando Guebuza em presidência aberta**. Maputo: Gabinete de Estudos da Presidência da República, 2009.
- GOODSELL, C.T. **The Public encounter: where state and citizen meet**. Bloomington: Indiana University Press. 1981
- GUAMBE, E. **Réformer l'administration pour renégocier la centralité de l'Etat: une analyse à partir du cas des municipalités de Beira, Mueda et Quissico (Mozambique)**. 2016. Tese de Doutoramento em Ciência Política, Université de Bordeaux, 2016
- GUPTA, A. **Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India**. Durham: Duke University Press Books. 2012.
- GUPTA, A. blurred boundaries: the discourse of corruption, the culture of politics, and the imagined state. **American Ethnologist**, v. 22, p. 375–402, 1995.
- HAGMANN, T. & PÉCLARD, D. **Negotiating statehood: dynamics of power and domination in Africa**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.
- HAMMOND, A.L. & PRAHALAD, C.K. Selling to the Poor. **Foreign Policy**, n.42, p. 30–37, 2004.
- HERDT, T.D. & SARDAN, J.-P.O. **Real Governance and Practical Norms in Sub-Saharan Africa: The game of the rules**. London: Routledge, 2015.
- HERMELE, K. Guerra e estabilização: uma análise a médio prazo do Programa de Reabilitação económica de Moçambique (PRE). **Revista Internacional de Estudos Africanos**, v. 9, n.8, p. 33– 349, 1988.
- HONWANA, A.M. **The time of youth: work, social change, and politics in Africa**. Colorado: Sterling Kumarian Press, 2012.
- JACKSON, R. e ROSBERG, C. Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood. **World Politics**, v.35, n.1, p. 1–24, , 1982.
- LACHARTRE, B. **Enjeux urbains au Mozambique: de Lourenço Marquês à Maputo**. Paris: Karthala, 2000.
- LAUTIER, B. **L'Économie informelle dans le Tiers Monde**. La Découverte, Paris, 2004.
- LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Service**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.
- MARTIN, D.-C. À la quête des OPNI (objets politiques non identifiés). Comment traiter l'invention du politique? **Revue Francaise Science Politique**, v.6, n:39, p.793–815, 1989.

- ORRE, A. & FORQUILHA, S. Uma iniciativa condenada ao sucesso: O fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique. In WEIMER, B. (Coord.) **Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados**. Maputo: IESE, 2012, pp. 168-196.
- PITCHER, M.A. **Transforming Mozambique: the politics of privatization, 1975-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PRAHALAD, C.K. **The fortune at the bottom of the pyramid**. Upper Saddle River: Wharton School Publishing, 2005.
- QUEMBO, C. **O poder do poder: Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos em Moçambique socialista, 1983-1988**. Maputo: Alcance, 2017.
- ROSÁRIO, D. Os Municípios dos “Outros”: Alternância do poder local em Moçambique? O caso de Angoche. **Cadernos de Estudos Africanos**, v.1, n. 30, p. 135-165, 2015.
- SAÚTE, N. Crônica de uma Integração Imperfeita: o caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (2000-2005). (Dissertação Mestrado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SCHLICHTER, K. **The dynamics of States: the formation and crises of State domination**. Ashgate: Routledge, 2005.
- SCHWITTAY, A. The Marketization of Poverty. **Current Anthropology**, v.52, n.?, p. 71–82, 2011.
- SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Anchor, 2000.
- SUMICH, J. The Uncertainty of Prosperity: dependence and the politics of Middle-Class Privilege in Maputo. **Ethnos**, v. 81, n5, p.1–21, 2015.
- VIVET, J. **Déplacés de guerre dans la ville: la citadinisation des deslocados à Maputo**. Paris: Karthala, 2012.
- WACQUANT, L.J.D. **Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity, Politics, history, and culture**. Durham: Duke University Press, 2009.
- WEIMER, B. **Moçambique: descentralizar o centralismo: economia política, recursos, e resultados**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, 2012.
- WUYTS, M. Gestão económica e política de reajustamento em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, n8, p. 97–124, 1990.

NOTAS

ⁱ Por “administratificação” referimos ao processo de normalização das ações sociais dentro do escopo administrativo ou da burocracia do Estado (DARBON, 2002).

ⁱⁱ Apesar de o Partido Frelimo estar fortemente alicerçado nas instituições do Estado não deve ser confundido com o Estado. Em alguns espaços municipais como é o caso de Beira, existem vestígios de emancipação do Estado das amarras do partido Frelimo.

ⁱⁱⁱ Para o caso específico de CFM vide para mais detalhes sobre as consequências económicas e sociais das privatizações, a excelente monografia de mestrado de Nelson Saúte (Saúte, 2010). E asTDM passam ainda nos últimos dias por outras reformas estruturais com a fusão com a Moçambique Celular (mCel) duas empresas de comunicação, a primeira de telefonia fixa e a segunda móvel que pela dificuldade de rentabilidade financeira, o Governo decidiu fundi-las em uma única o que significará também uma diminuição de número de funcionários e, obviamente, algumas significações políticas e sociais são possíveis.

^{iv} Por leitura a partir dos resultados destes esforços vale a pena rever as perspectivas centrada na « classe média » (Darbon and Toulabor, 2014; Sumich, 2015).

^v Para uma visão geral da política do Presidente Armando Guebuza vide a colectânea de discursos organizados por Johane Zonjo, então funcionário do Gabinete de estudos da presidência. (Gabinete de Imprensa da Presidência da República, 2009).

^{vi} Ricardo Lang, Presidente da Assembleia Municipal da Beira, Beira, entrevista 9 de Junho de 2014.

^{vii} Vide o caso de CM detalhado no livro de Egidio Guambe (Guambe, 2019, p. 267)

^{viii} Por exemplo, depois de muitos anos de negociação de transferência de gestão de serviços de transporte, finalmente foram muito recentemente transferidas as competências de gestão de transporte ao nível do município. Enquanto relativamente a outros serviços como educação primária e saúde também reclamados por aquele, persiste a resistência da administração central em transferir competências para o nível do município.

^{ix} Coprodução emancipada, *strictu sensu*, é um indicador que permite ver como os cidadãos produzem eles mesmos os seus serviços que outrora eram esperados da administração. Concerne a produção alternativa de serviços, sem implicação directa das instâncias administrativas. Estas participam apenas na regulação.

^x « Eleições autárquicas : Daviz ‘ataca mercados’ », *Notícias*, Novembro 2008.